

*Campo de Concentração de Ravensbrück:
discursivização das mulheres judias*
*Ravensbrück concentration camp: discursivization of
jewish women*

Clara Emanuelle Pereira¹

Maria Cleci Venturini²

Resumo: Propomos, neste artigo, recortar as designações das mulheres confinadas no Campo de Concentração de Ravensbrück que funcionou no período 1939 a 1945 e, a partir desses recortes, objetivamos discutir as redes de memória que se constituem. Para isso, buscamos mapear os modos de designar as prisioneiras, neste artigo, as judias, colocando em suspenso o ser mulher e ser vulneral. Filiamo-nos ao campo teórico da Análise de Discurso, tal como constituída por Michel Pêcheux no final dos anos de 1960 e relida/discutida/transformada por Orlandi e pesquisadores que com ela continuam a repensar continuamente os pressupostos teóricos da disciplina, buscando os efeitos de sentidos e compreendendo o sujeito como dividido e a língua marcada pela incompletude.

Palavras-chave: campo de concentração; designação; memória; história; testemunho

Abstract: *In this article, we propose to examine the designations attributed to women confined in the Ravensbrück Concentration Camp, which operated from 1939 to 1945. Based on these designations, we aim to discuss the memory networks that emerge. To this end, we seek to map the ways in which prisoners—specifically Jewish women—were designated, suspending the notions of being a woman and being vulnerable. Our study aligns with the theoretical*

¹ Clara Emanuelle Pereira, mestranda em Letras pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), graduação em Letras Português e literaturas de língua portuguesa pela mesma universidade, email: pereiraclaraa570@gmail.com, orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7067-1676>.

² Maria Cleci Venturini. Doutorado em Letras pela UFSM, 2008, pós graduação na universidade de Coimbra, 2017. Docente da Unicentro e dos PPPGs em Letras da Unicentro e da UFPR. Coordena a área de Linguística, Letras e Artes, Fundação Araucária-PR. É coordenadora do GT da Análise de Discurso da ANPOLL e líder do Grupo de Pesquisa Interinstitucional Unicentro-UFPR Estudos do Discurso: entrelaçamentos teóricos e epistemológicos – GPTD. Email: mariacleciventurini@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5576-2745>.

framework of Discourse Analysis as established by Michel Pêcheux in the late 1960s and later revisited, discussed, and transformed by Orlandi and other researchers who continue to rethink the theoretical premises of the discipline. This approach allows us to explore the effects of meaning and to understand the subject as divided, with language marked by incompleteness.

Keywords: *concentration camp; designation; memory; history; testimony*

Primeiras palavras: assumindo posições e delimitando territórios

As humilhações fizeram com que o “esquecer para lembrar” perdurasse por muito tempo. Entre o *esquecer para lembrar*, e o *esquecer de lembrar*, a memória refaz o tecido dessa história, sempre com os mesmos fios de um único e imutável trançado. (Arantes, 2018, p. 93)

A definição de campo a partir de Agamben (2017, p. 43-44), bem como as discussões por ele empreendidas sobre os campos de concentração, dá a dimensão da violência do campo de concentração de Ravensbrück, espaço destinado ao confinamento de mulheres judias. Tomando como locus espacial esse campo, propomos identificar as designações das mulheres prisioneiras, a partir de dois lugares discursivos: o dos nazistas e o dos próprios judeus, destacando-se que havia mulheres judias que atuavam como guardas e, nessa posição, protagonizavam práticas de violência e de humilhação contra as prisioneiras.

Os campos de concentração são conhecidos e divulgados, especialmente, quando se fala de Holocausto, evento designado também de Shoah e de Churban, mas o que chama a atenção, e colocamos em suspenso, diz respeito aos espaços destinados às mulheres nesses campos e, especialmente, um campo de concentração de mulheres. E por essa razão nos debruçamos sobre o Campo de Ravensbrück que veio à luz e ficou conhecido a partir dos testemunhos de mulheres, as quais, de acordo com Helm (2022), eram consideradas revolucionárias, dedicando-se a diferentes trabalhos: prostituição, donas de casa, medicina entre outras e vinham diferentes países. Dentre as prisioneiras destaca-se Olga Benário, a alemã era casada com Luís Carlos Prestes (1898-1990),³ uma das personalidades políticas mais destacadas do século 20, tendo passado pelas ditaduras do Estado Novo e do

³ <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx2e1dvwxpzo>, acesso em 26 de março de 2025.

regime militar brasileiro. Olga se tornou uma das mulheres mais conhecidas devido à violência sofrida e à participação na política brasileira.

A questão de pesquisa a ser respondida, neste artigo, considerando o campo de concentração destinado a mulheres é: Como o modo de designar as prisioneiras do Campo de Concentração de Ravensbruck constitui redes de memória que as filiam a diferentes domínios do saber, fazendo retornar discursos que circularam antes em outros lugares? Vale perguntar, ainda, sobre as relações dessas memórias que ressoam pelas designações com o discurso patriarcal, que não cessa de constituir efeitos.

Pela nossa filiação à teoria discursiva, mobilizamos, no decorrer da escrita, os dispositivos teóricos demandados pelos recortes, que vêm da obra de Helm (2022), em que destacamos as designações, diferenciando-as das nomeações (Guimarães, 2003), pensando no seu funcionamento no campo discursivo a partir de deslocamentos feitos na Semântica do Acontecimento praticada por Eduardo Guimarães, pesquisador ligado à UNICAMP.

O campo de concentração de Ravensbrück: condições de produção

Os sobreviventes, aqueles que ficaram e não se afogaram definitivamente, não conseguiam esquecer-se nem que o desejassem. É próprio da experiência traumática essa impossibilidade de esquecimento, essa insistência na repetição. Assim, seu primeiro esforço consistia em tentar dizer o indizível, numa tentativa de elaboração simbólica do trauma que lhes permitisse continuar a viver, e, simultaneamente, numa atitude de testemunha de algo que não podia e nem devia ser apagado da memória e da consciência da humanidade (Gagnebin, 2006, p. 99).

A epígrafe com que iniciamos o enfoque do campo de concentração destinado a mulheres, de certa forma, repete a violência sempre repetida contra mulheres e nas condições de produção da Segunda Guerra e no campo essa mesma violência se intensifica. Na perspectiva teórica, em que nos inscrevemos, as condições de produção incidem sobre o que é imediato, presente no discurso e sobre as condições sócio-históricas, o que está fora do

texto como exterioridade - a história como historicidade (Orlandi, 2002). A partir dessas condições interpretamos e marcamos o lugar de onde os sujeitos “olham” para o objeto discursivo, levando em conta os ditos e também os não-ditos. Essa noção é bastante relevante para as análises das designações das mulheres judias no campo de concentração destinado somente a elas, durante o Holocausto.

O campo de concentração de Ravensbrück, inicialmente, planejado para 3 mil prisioneiras, de acordo com estudos de Saidel (2009), pode ter abrigado seis vezes mais que este planejamento, em um mesmo momento. No total, 132 mil mulheres passaram por este campo, durante o período de 1939 a 1945, ou seja, desde sua construção até a libertação das prisioneiras que chegaram vivas ao fim da guerra pelo exército soviético. Esse foi um campo de trabalho forçado, portanto, as mortes eram decorrentes dos maus tratos, violências, fome, frio, tifo, fuzilamentos e das péssimas condições de vida dessas mulheres. Estima-se que entre 100 mil a 117 mil prisioneiras que passaram por este campo morreram.

Ainda que Ravensbrück só tenha se tornado campo de extermínio em 1944, com sua própria câmara de gás em operação, ele é lembrado como o maior campo de mulheres e o que mais exterminou e escravizou sujeitos-femininos presos durante o Holocausto. Conforme coloca Sarah Helm (2002) na contra-capá de sua obra, dizendo que:

Os nazistas também cometeram atrocidades contra as mulheres em diversos outros lugares: mais da metade dos judeus mortos nos campos de extermínio eram mulheres, e no fim da guerra havia mulheres em diversos outros campos. Mas, assim como Auschwitz foi a capital do crime contra os judeus, Ravensbrück foi a capital dos crimes contra as mulheres. [...] (Helm, 2022, p. 831)

Já no primeiro ano de funcionamento do campo, ainda em 1940, ele já existia e excedia os números inicialmente projetados, abrigando não mais 3 mil, mas 5 mil mulheres prisioneiras, o que, quase de imediato já deteriorou o seu modo de funcionamento, no quesito de divisão dos espaços, de beliches e a quantidade de comida. Porém, isso não significava que o trabalho escravo diminuía.

Mas essas condições pioram muito com o passar dos anos, chegando ao seu auge em número de vítimas presas no campo em 1944, contando com uma estimativa de 32 mil a 43 mil mulheres vivendo juntas neste único campo, indicando uma lotação dez vezes maior do que o número planejado, ocasionando uma superlotação em que todas tinham de dividir beliches com 3 ou 4 pessoas e a ração era algo irrisório.

Ainda sobre estes números, das 132 mil mulheres que passaram pelo campo de concentração durante todo o seu tempo de funcionamento 91 mil não sobreviveram a Ravensbrück, tendo sido praticadas as mais diversas formas de assassinato, diretas ou indiretas. Mas, dessas mais de 100 mil, no dia da libertação, em abril de 1945, o exército soviético encontrou apenas 3 mil mulheres vivas, a maioria foi levada em uma marcha forçada para o noroeste.

Frequentemente, Ravensbrück é designado de campo de trabalho e não de extermínio, pois sua câmara de gás era bem escondida e até hoje não é muito desnudada. O título vem porque havia de fato muito trabalho escravo dentro desse campo, visto sua proximidade com a fábrica Siemens, mas isso fazia parte do plano de extermínio de Ravensbrück. Esse título contribui também para a marginalização e para o apagamento dos horrores que ocorriam nesse espaço, minimizando as mortes que lá ocorreram.

Contribuem para que esse campo, em especial, não seja divulgado, as práticas nazistas de apagamento dos judeus da História (Gutermann, 2020) tornando-os invisíveis. Dentro dessas condições de produção, o silenciamento das mulheres apenas se repete, já que historicamente as mulheres não tinham voz, de acordo com Batalian (2023, posição 250), as mulheres eram mal representadas, de modo que:

Mulheres que ocupavam lugares de liderança foram reduzidas a personagens secundárias; 'namoradas dos protagonistas'. A única protagonista feminina é Tosia Altman e, embora o filme a mostre contrabandeando armas corajosamente, ela é retratada como uma garota bonita e tímida, que cuidava do pai docente e foi arrastada de forma passiva para a resistência, completamente inexperiente e submissa.

De acordo com a mesma autora, Tosia já era uma das líderes de movimentos de resistência e a obra, mostrando-a como uma garota bonita

“apaga todo o mundo da educação, do treinamento e do trabalho de treinamento feminino judaico que a tornou quem ela era”. (Batalian, 2023, posição 250). Essa invisibilidade na história do Holocausto talvez se deva ao fato de a história desse acontecimento ter sido escrita por homens.

Há que destacar, a partir de Salvatici (2005), que há parte da história oculta e o que fica apagado é o que diz respeito aos desfavorecidos: mulheres, homossexuais, negros e outras populações marginalizadas. Desse modo, de acordo com a mesma autora, abriu-se com a História Oral, um novo campo de saber, o da História vinda de baixo. Esse movimento cresceu junto com o movimento feminista, no qual o objetivo era "demonstrar o papel vital desempenhado por mulheres no passado e no presente, por meio de uma reconstrução do passado, o que, pela primeira vez, conferiu uma atenção adequada às mulheres" (Salvatici, 2005, p. 29)

Pode-se destacar que o campo de Ravensbrück e a história das mulheres no Holocausto tornaram-se conhecidas por meio de testemunhos, possivelmente, a partir da História Oral de Mulheres (2005). Com obras como a de Sarah Helm (2022), intitulada *Ravensbrück: a história do campo de concentração nazista para mulheres*; a de Rochelle G. Saidel (2009), nomeada como *As Judias do Campo de Concentração de Ravensbrück*; e a de Judy Batalion (2023), intitulada *A luz dos dias: a resistência não contada de feminina nos guetos de Hitler*, percebe-se o quanto as obras não-escritas indicam a luta de mulheres nos campos.

Dentre as obras citadas, trabalhamos com essas três que destacam o campo de Ravensbrück para discutir a história da Shoah, em específico de Ravensbrück, um campo de concentração feminino, a partir da história oral de mulheres, na forma de testemunho, que vamos trabalhar a partir de Agamben (2008, p. 27) e de Mariani (2021). Agamben discute a noção de testemunho a partir de dois termos: *testis* e *superstes*, sendo que o primeiro termo significa o que se põe como um terceiro, como quem testemunha o que aconteceu com outros sujeitos o segundo (*superstes*) indica “aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho disso.” (Agamben, 2008, p. 27)

A partir desses dois termos o filósofo discute a questão do testemunho, mobilizando outras noções, entre elas a noção ‘zona cinzenta’, que impossibilita o julgamento, pois por essa zona as vítimas se tornam carrascos e estes se tornam vítimas, “a longa cadeia de conjunção entre vítimas e algozes” (Agamben, 2008, p. 30). Nessa cadeia, o bem e o mal se fundem em uma zona de irresponsabilidade, ressoando a banalidade do mal, de Hannah Arendt (1989). Para o estudioso, a verdadeira testemunha não voltou para testemunhar, o que possibilita questionar o testemunho. A longa discussão empreendida pelo filósofo passa pelas designações Holocausto e Shoah, asseverando que nenhum acontecimento foi tão violento quando esse do massacre dos judeus e, por isso, segundo ele, é inconcebível a designação que relaciona esse acontecimento com a mística, já que se trata de situações limites.

O testemunho, de acordo com Mariani (2021, p. 42), constitui-se como “acontecimento singular na linguagem, uma enunciação ética que tenta transmitir aquilo para o que não há palavras, daí sua potência e valor performativo de produção de efeitos sobre quem enuncia e escuta”. Podemos entender, no que a autora destaca que o testemunho instaura efeito de verdade e de depoimento, significando para quem dá o testemunho e para aquele que ouve. Trata-se de presentificar o acontecimento traumático, dando-lhe visibilidade.

A pesquisadora vai ao encontro das teorizações de Agamben (2008), que designa de “resto” o que é impossível de dizer, como o indizível que não significa ser proibido de dizer, mas a impossibilidade de dar a dimensão do vivido. “[...] dar um *testemunho* aponta para o *memorável*, um falar urgente para não esquecer e para não deixar os outros esquecerem, mas um falar sempre marcado pelo esquecimento na memória e pela incompletude inerente à linguagem [...]” (Mariani, 2021, p. 42, *grifos da autora*).

Assim com Agamben (2008), em seus textos e pesquisas, Mariani (2021) analisa os testemunhos, considerando a psicanálise que afeta os sujeitos e os designa de testemunhos de revolta e de resistência. Acerca do testemunho de resistência, Leandro-Ferreira (2021, p. 15), que prefacia a obra diz que “Esses testemunhos de resistência, como os trata Bethânia, foram

escritos, publicados, filmados na temporalidade do só-depois, quando se tenta dar sentido ao sem sentido vivenciado quando o sujeito tenta dizer o indizível da morte”. E esse testemunho de resistência vem ao encontro da testemunha testis (mobilizada por Agamben, 2008) em que o sujeito, depois de passado o trauma buscar interpretar e dar um possível sentido.

No entanto, Agamben (2008) não discute questões relacionadas à necessidade ou quase obrigatoriedade de não deixar cair no esquecimento o vivido traumático e, também, não enfoca a resistência. Mariani (2021, p. 21) assevera que o testemunho de resistência tem a ver com aqueles sujeitos que “com dizeres possíveis, lutam contra os sentidos dominantes das ideologias hegemônicas”. São testemunhos daqueles que buscam presentificar o trauma decorrente da violência e “lutam por justiça social, repetem à exaustão denúncias cometidas pelo estado ou por familiares. São sujeitos que querem falar, ser ouvidos e divulgar o que dizem”. Nesse desejo de fazer circular os discursos publicam, gravam e filmam os seus testemunhos com o objetivo de registrar, não deixar esquecer, “[...] na temporalidade do só-depois, quando se tenta dar sentido ao sem sentido, vivenciado, quando o sujeito tenta dizer o indizível da morte” (Mariani, 2021, p. 22).

O testemunho de revolta foi cunhado como não em decorrência das análises e, de acordo com Leandro-Ferreira, no prefácio da obra “Testemunhos de resistência e de revolta: um estudo em Análise do Discurso” os testemunhos de revolta são como “gritos que fazem furo no real sócio-histórico e deixam vaziar toda a indignação e inconformidade com o que se passa”. Esse grito, de acordo com Leandro-Ferreira, que dá voz a Mariani, é um grito individual, que ecoa como um grito coletivo, “que ao ser repetido sem cessar, por grande parte da população brasileira, inscreve-se como gesto discursivo, ou, nas palavras de Bethânia, ‘um acontecimento na estrutura’”. (Leandro-Ferreira, 2021, p. 15).

Esse testemunho, de acordo com Mariani (2021, p. 21) os testemunhos de revolta são aqueles que “se propagam no calor da historicidade em que o laço social foi atingido. [...] são flagrados no cotidiano. São discursividades em que não é preciso ousar para se revoltar, a revolta acontece no sujeito”. Quando trata do testemunho de revolta Mariani destaca que ele se dá em forma de grito, em que o silenciado irrompe “rasgam o ar como acontecimento

real no sujeito, um acontecimento do dizer que emerge na estrutura". Esse testemunho acontece num de repente, em que o sujeito não consegue se calar, "um dizer incontido" (Mariani, 2021, p. 21)

O discurso testemunhal, é possível dizer, vai além da transmissão de sentidos sobre o Holocausto, é a tentativa de narrar o inenarrável, de transformar a experiência individual em uma memória coletiva, pois ela tem, além da incumbência de ser a voz de quem não pode testemunhar. Relacionamos esse testemunho com o planejamento dos nazistas de impedir que os campos de concentração entrassem na história, apostando que o mundo nunca saberia dos crimes cometidos.

Apesar de o exemplo dado para o testemunho de revolta não se relacionar com o Holocausto ou com os campos de concentração, compreendemos que há possibilidade de aproximação, pois os judeus (nesse texto as mulheres), mesmo que não seja muito divulgado, fizeram ecoar seus gritos de revolta. Dessa forma, compreendemos então que no testemunho de revolta também há resistência, visto o desejo de denunciar as violências cometidas na contemporaneidade e no regime nazista.

Dadas as discussões necessárias para as análises, retomamos o percurso e focamos nas designações dadas às mulheres judias no campo de Ravensbrück a partir do testemunho de mulheres sobreviventes e de publicações nesta temática. A questão que nos propusemos a responder foi: Como o modo de nomear/designar as prisioneiras do Campo de Concentração de Ravensbrück constitui redes de memória que as filiam em diferentes domínios, fazendo retornar discursos que circularam antes em outros lugares?

O nosso objeto discursivo, conforme dissemos antes, são as mulheres no campo de concentração de Ravensbrück e, em geral, quem testemunha o cotidiano do campo são as mulheres que estiverem em Ravensbrück. Trata-se, então de falarem sobre o que viveram, podendo-se dizer que são testemunhas designadas por Agamben (2008) de superstes – que vivenciaram e se constituem como testemunhas de resistência, conforme Mariani (2021). O gueto, segundo as mulheres sobreviventes, era marcado por muita violência física, verbal e psicológica, conforme relata Ester Weisz Grun:

[...] Ravensbrück era outra Auschwitz, outro inferno que eu às vezes, quando penso nisso e em tudo que me vem à lembrança, quase acho que Ravensbrück era pior do que Auschwitz. Os SS eram uns animais, as pessoas eram treinadas para ser como um SS e tinham autoridade. Batiam-nos e nos chutavam. Cada mulher da SS e cada homem da SS eram especialmente treinados nesse tipo de espancamento. Era uma gente brutal. Humilharam-nos da pior maneira possível - sem motivo algum. (Saidel, 2009, p. 124-125)

Conforme é testemunhado por Ester entre outras vítimas do campo, o espancamento era cotidiano e recorrente em Ravensbrück, mesmo se tratando das guardas, elas também tinham tal treinamento e colocavam essa prática como diária nesse trabalho. Para além de que era um campo onde se dava treinamento para guardas mulheres e homens da SS, que posteriormente trabalhavam em outros campos.

Mas, Ravensbrück se diferenciava nesse quesito, o espancamento não era uma consequência de algumas atitudes, sejam elas criminosas ou não, era uma prática diária desempenhada pelas e pelos guardas, como mais uma obrigação que tinham de cumprir no seu dia a dia, ocasionando muitas mortes. Os que praticavam a violência entendiam que se tratava de cumprir uma rotina, pois segundo Gagnebian (2008, p. 09) “o campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se regra [...]” e o testemunho se torne um ‘resto’, o que ficou do vivido.

As mulheres, nesse campo, num curto período de tempo, eram escaladas para cumprir seus trabalhos análogos à escravidão, realizando trabalhos na fábrica Siemens, cavando areia, deslocando pedras e carvão, serrando árvores, e, quando a câmara de gás já estava em funcionamento, elas deviam separar e lavar os uniformes das companheiras que haviam sido assassinadas.

Para além das violências decorrentes de trabalhos forçados, foram protagonizadas nesse campo questões relacionadas à violência de gênero, comuns no funcionamento do campo de Ravensbrück. Conforme declara Saidel (2009, p. 39):

[...] A história de cada sobrevivente é única, mas a experiência das mulheres era, em vários aspectos, diferente da dos homens no contexto do sofrimento

universal de todas as vítimas do Holocausto. [...] Por um lado, havia aspectos positivos relacionados com gênero que permitiam às mulheres enfrentar melhor as condições subumanas de degradação, privação, terror e morte em Ravensbrück. Por exemplo, as habilidades ligadas aos afazeres domésticos e à alimentação eram "serviço de mulheres", e a familiaridade destas com tais papéis permitia-lhes formar famílias substitutas, cuidar umas das outras e cumprir rotinas de higiene e serviços domésticos que ajudavam a suportar a vida.

Dentro de um cenário de total violência, poder continuar a “ser mulher”, podendo cozinhar e cuidarem-se mutuamente, amenizava a reclusão e o estado de exceção em que viviam como prisioneiras. Mas se de um lado, havia esse alento, de outro, as prisioneiras foram violentadas em seus costumes, pois no campo não era permitido manter o recato, de acordo com Saidel (2009, p. 39):

[...] muitas mulheres ficavam traumatizadas quando se viam coagidas a desfilar nuas diante de homens ou mesmo de outras mulheres. As mulheres também eram ensinadas a ser submissas, na sua qualidade de sexo frágil, e tinham de superar essa auto-imagem arraigada para permanecer vivas.

Quanto às diferenças fisiológicas entre homens e mulheres, tanto o bom senso quanto os testemunhos das sobreviventes apontam para as vulnerabilidades das mulheres. A gravidez podia ser punida com a morte ou o aborto forçado.

Além da impossibilidade de manter o recato e a sua natureza mais frágil, as prisioneiras precisavam ser fortes e superar alguns pensamentos e costumes para manter suas vidas. Além ainda do próprio campo destitui-las de performarem sua feminilidade, como por exemplo, quando raspavam seus cabelos na entrada, o que poderia impedir de engravidarem nesse contexto de violência decorrentes de abuso dos guardas, o que poderia abreviar as suas vidas, pois, a ausência dessa performance as tornava menos chamativas a estes olhares, mas não efetivamente ocorriam para todas. Saidel (2009, p. 39) aponta que:

O medo do estupro ou do abuso sexual era outro problema que afetava as mulheres no campo. As leis raciais promulgadas na Alemanha em 1935, que tornavam ilegal para os arianos ter relações sexuais com judias [...] Mas há evidências, nos relatos e testemunhos históricos, de que as leis eram

infringidas com frequência [...]. A questão de gênero durante o Holocausto só começou a ser explorada 25 anos atrás, e sua significação ainda não foi resolvida. (Saidel, 2009, p. 39)

O que nos diz a pesquisadora sobre o funcionamento de um campo de mulheres, destacando as violências que desconsideravam a natureza do sujeito feminino, para assim aplicar uma opressão efetiva e pontual, esquecendo das diferenças entre homem e mulher para melhor (ou pior) atingi-las, violentá-las. Destacamos que tanto os agressores como as vítimas, inseridos dentro de uma condição sócio-histórica que construiu uma visão ou um ideal de mulher muito bem delimitado, como um sujeito frágil, recatado, submisso, etc. e se utilizou dessas características para ultrapassar limites, intimidando-as.

No campo, o que primeiro era desconsiderado era o recato, as mulheres não tinham como resguardarem-se. Quando chegavam ao campo as mulheres eram desnudadas na frente de todos, sendo obrigadas a expor o corpo e a tomarem banho na frente de homens e mulheres, caso se recusassem poderia, pois, resultar em desde espancamento até a morte. Conforme já destacado acima, a partir de Saidel (2009), essas mulheres obrigatoriamente deviam superar o pudor e o desejo de preservar o corpo.

Outra violência associada ao gênero feminino, enquanto aprisionada nestes campos, diz respeito ao medo do estupro e da violência sexual. Por mais que existissem leis contra relações entre a raça ariana e judeus, essas práticas eram comuns, apesar de os guardas estarem cientes dessas leis, o estupro ainda acontecia, o que não acontecia em um campo de concentração masculino. Quando tal estupro resultava em uma gravidez, a mulher vítima disso tudo era forçada a abortar ou ser morta.

Ainda sobre a violência sexual nos campos, a sobrevivente Judith Berger Becker testemunha que:

[...] Elas (prisioneiras do campo de Ravensbrück, de uma barraca em específica) não me deixavam sair, me agarravam, e mais isso, e mais aquilo, e acenavam para seus púbis, e então vi que todas as mulheres daquela barraca tiveram suas línguas cortadas.

Eram todas mais ou menos da mesma idade, da mesma estatura, todas eram baixas, jovens, bonitas, eu diria, é difícil calcular, mas eu diria que tinham vinte e poucos anos, e tinham cabelos, não os haviam raspado, tinham cabelos, o que é significativo. [...] E gesticulavam com insinuações sexuais, ‘aqui’, e emitiam ruídos horríveis, horríveis. No momento em que compreendi, ou achei que compreendi, o guarda alemão já estava me açoitando e tive que sair (Saidel, 2009, p. 147).

Esse relato denuncia uma prática específica de Ravensbrück, por ser um campo de mulheres, é o único no qual ouvimos relatos como esse, com essa prática de cortar a língua para que tais mulheres não contassem o que havia acontecido. Judith foi uma testemunha de resistência, nos termos de Mariani (2021) e testemunhou sobre o vivenciado, constituindo-se como nos ensina Agamben (2008) em uma testemunha superstes, que relata o que viveu, atestando a existência de práticas de estupro dentro de Ravensbrück. No campo destinado a mulheres, as práticas de violência, além das comuns em campos nazistas, ocorriam aquelas motivadas pelo gênero de suas vítimas, não qualquer gênero, mas o feminino, historicamente colocado como inferior em relação ao homem.

A violência verbal: os modos de nomear/designar e testemunhar

No que corresponde a este texto, vemos também que as designações em torno das mulheres, dentro deste campo, significavam por redes de memória, constituindo-se como ofensas. As designações, nessas condições de produção, instauram redes de memória relacionadas ao gênero, retornando discursos que indicam um patriarcalismo recorrente. Pelas designações se constituem redes de memória, as quais de acordo com Pêcheux (2002, p. 55) podem ser vistas como “uma pluralidade contraditória de filiações históricas (através das palavras, das imagens, das narrativas dos discursos, dos textos, etc...), ‘as coisas a saber’ coexistem assim com o objeto a propósito dos quais ninguém está seguro de ‘saber do que fala’[...]”.

A designação das judias dá visibilidade ao modo como são lidas na sociedade e se auto identificam, como alguns exemplos, as designações “puta”, “bruxa”, “vadias”, “vacas”, etc. Todas essas violências aqui funcionando da qual comentamos, sejam elas verbais, físicas ou sexuais, todas são

motivadas por se tratar de um sujeito feminino, o que, correspondentemente, não ocorreu da mesma maneira com homens aprisionados pelo nazismo.

O que objetivamos, portanto, foi, como o próprio funcionamento do campo de concentração de Ravensbrück, que é motivado por violências de gênero, pois ser mulher em um campo de concentração não era ignorado, pelo contrário, isso era usado contra a própria prisioneira, como nas descrições que fizemos acima. Sendo assim, destacamos que, um campo específico de mulheres também se utilizaria e utilizou da misoginia e violência de gênero como mais uma prática para punir suas prisioneiras, desse modo, estabelecendo uma experiência outra para mulheres nos campos e no regime nazista.

No que corresponde às designações, destacamos que seguimos as definições de Guimarães (2003), que as colocam como o significado de um nome funcionando em relação aos outros nomes e em relação ao momento histórico. Assim descreve o autor:

A designação é o que considero a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico. Ou seja, é uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real (Guimarães, 2003, p. 54).

O autor acrescenta, ainda, que a designação é mais do que nomear algo em um determinado lugar ou espaço. “Um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte” (2003, p. 54). Portanto, é seguindo tais definições de Guimarães (2003) que passamos a compreender as designações. Neste artigo, mobilizamos essa noção para analisar as mulheres judias prisioneiras do Campo de Concentração de Ravensbrück, como elas são nomeadas e definidas pelos nazistas neste específico momento histórico do Holocausto.

Dessa forma, a designação estabelece uma relação entre o sujeito designado e o nome, portanto, este processo de designação se dá pela língua, é ela que designa o sujeito na história, ou seja, nunca deslocado das condições de produção e da historicidade em que funciona. Depois de estabelecidas tais relações de designação, o nome entra em uma rede de memórias com os

outros nomes na história, e, conforme discutido por Guimarães (2003, p. 54), passa a integrar essa rede de relações sociais, a qual contribui para o funcionamento desse todo. Sendo assim, sustentada pela memória e pelo interdiscurso.

Cabe destacar, ainda, a distinção que o mesmo autor estabelece para com a nomeação e a designação, sinalizando que: “[...] a nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome” (Guimarães, 2002b, p. 09), ou ainda “[...] é o que se poderia chamar de significação de um nome” (Guimarães, 2002b, p. 09). A nomeação não possui tais relações, significando de maneira mais instável, nos processos de enunciação, do que se pode dizer que o nome pode tanto designar apenas um objeto como também pode se referir a vários objetos, numa disputa inconstante e variável. A designação constitui redes e tem a ver com como se estabelecem relações com a história e com a língua sendo postas em relação ao real.

A construção de um nome enquanto designação é uma construção simbólica que passa pela linguagem e se expõe ao real e se constitui materialmente pela história. Nomear consiste em identificar, dotar um objeto ou acontecimento de uma espacialidade que promova a identificação, já por designação o pesquisador define como sendo ‘constituir significação como uma apreensão do real, que significa na linguagem na medida em que o dizer identifica esse real para sujeitos’ (Moreira, 2022, p. 126).

Pensando que tais designações recaem sobre o sujeito, trazemos também este conceito para estabelecer efeitos de sentidos nos discursos em análise. Na teoria a partir da qual desenvolvemos este trabalho, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, portanto, não é livre, é na verdade regulado/determinado pela formação discursiva em que se inscreve, esta por sua vez regula o que tal sujeito pode ou não dizer visto a luta de classes e as condições de produção a qual está inserido (Pêcheux, 2014).

Sendo assim, segundo a teoria, o sujeito é uma posição na qual os indivíduos se constituem em sujeitos e produzem/reproduzem seu discurso, não pela subjetividade individual, mas pelas modalidades de identificação. O sujeito, nesse funcionamento, tem a ilusão de ser a origem do dizer e de ser

livre, podendo identificar-se, contra-identificar-se ou desidentificar-se da própria formação discursiva, tomando posições da FD à qual se filia.

O sujeito com o qual tratamos aqui é o sujeito mulher testemunha o que implica condições de produção outras a serem pensadas, a primeira e primordial condição distinta que se impõe é o discurso, que se trata de um discurso testemunhal, conforme referimos anteriormente.

Destacamos ainda que as sequências discursivas selecionadas para compor este trabalho constam veiculadas na obra “Ravensbrück: a história do campo de concentração nazista para mulheres”, de 2022, por Sarah Helm. Iniciamos com uma citação da mesma obra citada que nos dá um panorama das condições de produção da época no que diz respeito às nomeações e designações referidas as mulheres a partir da posição da ideologia nazista.

Estas atitudes eram correntes em qualquer país europeu na década de 1930, mas a linguagem nazista sobre as mulheres era singularmente tóxica; o entourage de Hitler além de escarnecer abertamente do sexo feminino ‘estúpido’ e ‘inferior’, exigia reiteradamente a “separação” entre mulheres e homens, como se estes não vissem sentido nas mulheres, exceto como adornos ocasionais e, claro, como parideiras[...] (Helm, 2022, p. 35-36).

A citação acima sinaliza como o regime ditatorial nazista via as mulheres e também como eram tratadas, nos dando um vislumbre da maneira como esse sujeito feminino era tratado e designado pelas mais altas autoridades do país durante esse período histórico da Alemanha. As condições de produção, aqui pensando as de sentido amplo, dizem respeito ao sujeito e a situações no contexto sócio-histórico e ideológico.

[...] O contexto amplo é o que traz para a consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam da forma da sociedade, com suas Instituições [...], no modo como elege representantes, como organiza o poder, distribuindo posições de mando e obediência. [...]. (Orlandi, 2002, p. 29)

Portanto, relacionando a citação de Helm acima e tal conceito, pretendemos traçar os efeitos de sentido do que a sociedade da Alemanha pré e durante a segunda guerra compreendia e via este sujeito feminino. No entanto, quando pensamos nesse sujeito feminino sendo ainda aprisionado nos campos de concentração isso se intensifica devido ao antissemitismo do qual

também sofriam essas mulheres. Trata-se de uma dupla opressão que se impunham a elas, o que ocasionava formas de violência severas dentro dos campos em que foram aprisionadas.

Os relatos que selecionamos ocorreram, especificamente, no campo de concentração de Ravensbrück, o maior campo de concentração feminino da Alemanha Nazista. Grande parte das sequências discursivas destacam o tratamento que estas mulheres aprisionadas recebiam dos/das guardas, são eles:

S.D.1:

[...] Elas tiravam areia de uma pilha e jogavam em outra, até remover toda a areia. Depois repetiam o trabalho, enquanto as guardas gritavam ‘Schnell, Schnell, suas vadias preguiçosas’. Outra turma atirava a areia uns 2 metros acima. ‘Encham a pá, encham a pá. Vacas nojentas. Escória. Putas. Vacas nojentas.’ As pás ou eram curtas ou longas demais, ou estavam tortas e quebradas (Helm, 2022, p. 67, grifos nossos).

S.D.2:

[...] As guardas da noite costumavam sentar na cantina para conversar sobre o que tinham lido sobre as ‘putas judias’ e as ‘cadelas ricas judias’ antes de partirem para golpear quaisquer ‘porcas, putas ou cadelas’ judias que encontrassem (Helm, 2022, p. 93, grifos nossos).

S.D.3:

Um dia, Olga voltou com a turma dos tijolos trazendo nos braços o corpo esquelético de uma mulher, tão leve que podia ser o de uma criança. Ela foi ao hospital [...] buscando piedade para a figura exaurida que carregava nos braços. O rogo dela foi suficiente para despertar uma ira incontrolável, e ele saiu do hospital gritando ‘Porca judia’ e ‘Putá judia’. Ele chutou Olga e a derrubou junto com a mulher que carregava. Segundo a amiga Maria Wiedmaier, Olga foi duramente espancada pelo próprio Sonntag. Ela foi levada pelas guardas e condenada a outro período na solitária do bunker. (Helm, 2022, p. 167-168, grifos nossos)⁴.

Mesmo que as designações feitas às mulheres aprisionadas, neste caso, judias, sejam advindas de pessoas consideradas ‘distintas’, as palavras e ofensas se repetem, visto que, tais palavras estão dentro de dois domínios: o

⁴ Os personagens referidos na citação se tratam de Olga Benário Prestes, militante comunista, e pelos nazistas, também considerada judia, aprisionada nos campos por essas duas acusações, faleceu em 1942 no mesmo campo de Ravensbrück. Já o pronome definido “ele” se refere ao Dr. Sonntag, maneira a qual se referiam a ele dentro do campo, no entanto por profissão ele era dentista, mas recebeu e praticava funções de médico dentro do campo de Ravensbrück, mais especificamente fazia experimentos baseado em pseudociências, usando como cobaias as mulheres deste campo de concentração. Era conhecido por suas atitudes antisemitas.

religioso/étnico e do gênero. Para os nazistas ser judeu e ser mulher não significava motivo de celebração ou respeito, o contrário, abria margem para tais designações ofensivas aqui destacadas. Essas “inferioridades”, na concepção nazista, deviam e eram utilizadas para diminuir, caracterizar pejorativamente, destituí-las de identidade, além de ressaltar tais “inferioridades”, sendo, portanto, uma maneira efetiva de violência verbal dentro dos campos, para além dos outros diversos tipos de violências que lá existiam.

Nos interessa de maneira particular as designações ligadas ao gênero, visto que o contrário não ocorria, ou seja, não há relatos ou testemunhos de que homens sofriam tais designações associadas ao gênero masculino, isso ocorria apenas com mulheres. O nazismo soube utilizar eficazmente a estrutura social, cultural e histórica da misoginia e do machismo, visto que, muito antes, essa estrutura já vinha sendo efetiva no controle desses corpos femininos. Sendo assim, podemos conceber que o nazismo não foi disruptivo nesse sentido. Quando apontamos as condições de produção, considerando que a citação estabelece que as mulheres não possuíam importância para além de serem consideradas parideiras e um divertimento para homens.

Mesmo as mulheres alemãs, não judias, associadas ao partido nazista sofriam com o ideal de mulher que o regime nazista estabeleceu, o papel fundamental dado a elas foi o de reprodutoras da raça ariana, tinham de desempenhar o papel apenas de mãe e esposas, tanto que nenhum cargo de poder era dado as mulheres, para que não se desviassem de suas funções com a família. Com as mulheres judias isso ocorria de maneira mais severa, pois até ser mãe era algo sujeito à punição. Qualquer que fosse o comportamento que desafiasse a moral estabelecida pelos nazistas do que deveria ser uma mulher, resultava nas ofensas que foram citadas, até mesmo estar cansada ou debilitada para trabalhar, conforme destacado na SD1.

Quando passam a chamar as mulheres aprisionadas em Ravensbrück de “porcas, putas, vadias, cadelas, vacas, etc.” mais do que uma ofensa momentânea se estabelecem redes de memórias com o retorno de discursos que circularam pela designação. Conforme já descrito neste texto, o nome estabelece uma relação com o sujeito, passa a significar dentro de

determinadas condições de produção e em relação a outros nomes. É assim que as redes de memória se intensificam e não podem ser apagadas, pois essa rede comporta o discurso da atualidade, inscrevendo a prática verbal na historicidade de que faz parte, e tudo isso é exposto ao real. Portanto, muito mais do que apenas uma palavra foi referida quando estas mulheres foram nomeadas dessa forma, elas foram significadas na história e na memória dessas formas, foram identificadas, como se tais nomes passassem a fazer parte de suas identidades pessoais.

A recorrência dos mesmos nomes advindos de sujeitos distintos demonstra que não se trata de algo pontual, de fato essas mulheres eram identificadas a partir desses nomes, efetivamente as designações passaram a significá-las, integram uma rede de memórias de palavras, ou melhor, designações, no qual esses nomes agora se referem exclusivamente a essas mulheres, deixando de lado qualquer outro significado que poderiam ter nas condições de produção em que foram criados.

Sendo assim, independentemente dessas mulheres seguirem a moral nazista ou não, independente de suas atitudes, falas, ou qualquer outra coisa, essas mulheres, o sujeito que são e foram passou a ser significado a partir desses nomes extremamente ofensivos sem que pudessem fazer nada por isso.

Em contrapartida, olhando por outra tomada de posição, as judias e mulheres aprisionadas nesse campo se chamavam pelo nome, conforme demonstra a SD3, o que é deveras significativo, visto que dentro dos campos de concentração a sua identidade era quase erradicada, todas usavam as mesmas roupas, tinham o mesmo cabelo raspado, tinham números tatuados em seus braços para que não utilizassem seus nomes e ainda eram designadas das mesmas maneiras que destacamos nas SDs.

No entanto, entre elas, ainda buscavam se identificar pelos nomes, buscando auxiliar umas às outras a não suprimir suas identidades e singularidades, a não esquecer que eram pessoas distintas, e não parte de uma massa ou grupo, a não esquecer suas vidas para além dos campos de concentração, e por mais que os nazistas tentassem tirar delas qualquer

vestígio de humanidade, elas ainda estavam ali para lembrar umas às outras, elo nome, trazer à memória as pessoas que foram e quiseram ser.

Efeitos de conclusão

[...] o campo é a estrutura na qual o estado de exceção, sobre cuja decisão possível se funda o poder soberano, é realizado de modo estável. Hannah Arendht observou uma vez que nos campos emerge em plena luz o princípio que rege o domínio totalitário e que o senso comum recusa-se obstinadamente a admitir, ou seja, o princípio segundo o qual tudo é possível (Agamben, 2017, p. 43-44).

Ao longo deste artigo, ocupamo-nos do campo de concentração de Ravensbrück e trazemos, para instaurar um feito de fechamento, a epígrafe acima, dando voz a Agamben (2017, p. 43-44), que sentencia que o campo é a estrutura de exceção, “sobre cuja decisão possível se funda no poder soberano”. Destaca ainda que nos campos tudo é possível e no campo, em tela, destinado a mulheres judias, o machismo e a misoginia se acentuaram, oprimiram e violentaram mulheres de diversas maneiras, mas a prática mais recorrente é a verbal. Nesse texto, buscamos dar visibilidade ao regime nazista e a mostrar como as práticas de desigualdade de gênero se acentuaram nesse contexto. Podemos dizer que, durante o Holocausto, funcionaram também ideologias políticas que perpetuaram a opressão, mas quando se trata de mulheres, a situação fica ainda pior, mesmo dentro da desigualdade, os homens têm algumas vantagens e poderes garantidos.

Além disso, as designações, selecionadas como nomeação das mulheres judias de Ravensbrück, foram mais do que violências verbais ou ofensas, pois marcou a identidade de cada uma delas. As designações mais recorrentes foram “putas”, “vadias”, “cadelas”, “vacas”, ressoando memórias e discursos recorrentes sobre mulheres em condições de vulnerabilidade. Entendemos que as designações instauram redes de memórias pelas quais retornam outros discursos e práticas, sinalizando de um lado a violência e, de outro, o discurso machista e misógino que funcionava antes mesmo do próprio regime nazista.

Destaca-se, ainda, que todas as designações ofensivas apontam ou para a “moralidade” que era esperada de uma mulher durante esse período ou apontam para a animalização desses sujeitos femininos, ambos os sentidos são deveras significativos na desumanização dessas mulheres, visto que colocá-las a par de igualdade a um animal ou a sujeito não moralmente correto - como os nazistas acreditavam que eram - facilitava o trabalho dos(as) guardas. Afinal, não eram vistas como um ser humano igual a eles, portanto, não mereciam os seus direitos de cidadãos. Além disso, parte do antissemitismo era pautado na dúvida que se colocava na humanidade de judeus, negros, homossexuais, Testemunhas de Jeová, etc.

Ademais, essas designações não surgiram nas condições de produção que pensamos aqui neste trabalho, elas circularam muito antes, o que reforça a carga negativa simbólica, que aponta para uma longa tradição de práticas de controle dos corpos femininos, acentuando-se nos campos de concentração.

A mobilização de tais designações, para além de constituir efeitos de controle dos corpos, dando visibilidade à violência verbal, psicológica e simbólica, funcionava como uma estratégia política de desumanização desses sujeitos, objetivando degradá-las aos olhos de seus opressores e da sociedade. Sendo assim, a rede de memórias instaurada por essas designações passou a integrar o discurso sobre as mulheres no campo de concentração. Com isso, fazendo com que elas significassem tamanha perversidade a partir das designações que lhes deram, o regime nazista também as colocou de fora das narrativas históricas da dignidade humana, visto que o regime nazista caiu, mas o machismo e a misoginia continuam a significar nas sociedades modernas das quais se tem registros.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha. Tradução: Silvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fim**: notas sobre a política. Trad. Davi Pessoa Carneiro 1ª. edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARANTES, Sandra de Almada Mota. **Memória e Esquecimento**: uma relação indissociável nos relatos de mulheres que sobreviveram ao maior genocídio do século XX, o Holocausto. Formiga, MG: **Conexão Ciência**. V. 13, no. 01, 2018., p. 87-97 <https://revistas.uniformg.edu.br/conexaociencia/article/view/767>

BATALION Judy (2023). **A luz dos dias**: a resistência não contada de feminina nos guetos de Hitler. Tradução Marina Vargas, 1. Ed. Rio de Janeiro, ed. Rosa dos Ventos, 2025.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever e esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apresentação. IN: AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*: o arquivo e a testemunha. Tradução: Silvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 9-17.

GUIMARÃES, Eduardo. (2003). **designação e espaço de enunciação**: um encontro político no cotidiano. *Letras*, (26), 53–62.
<https://doi.org/10.5902/2176148511880>

HELM, Sarah. **Ravensbrück**: A história do campo de concentração nazista para mulheres. Trad. Cristina Cavalcanti – 5ª edição. Rio de Janeiro. Grupo Record, 2022.

MARIANI, Bethania. **Testemunhos de resistência e revolta**: um estudo em Análise do Discurso. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

MOREIRA, José Carlos. **História, memória e designação na/da língua**: institucionalização do curso de francês da UFPR (DE 1938 A 2020). 2022. *Tese (Doutorado em Linguística)* - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi [etal], 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.

SAIDEL, Rochelle G. **As Judias do Campo de Concentração de Ravensbrück**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SALVATICI, S. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2009. DOI: 10.51880/ho.v8i1.114.

Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/114>.

Recebido em: 10-04-2025

Aprovado em: 01-05-2025